

António Vitorino

Portugal no caminho do futuro

Foi proposto aos participantes fazerem um diagnóstico da situação do país à luz do mote “Bloqueios e Desafios”. Portugal é provavelmente um dos países que tem dado provas de maior capacidade de fazer diagnósticos. Se porventura diagnósticos fossem produtos de exportação, decerto não teríamos dificuldades com o nosso défice externo.



60

Mas também é verdade que muitas vezes esses diagnósticos são um pretexto para mais um exercício de autoflagelação em que somos tão versados. Por isso vou tentar fugir ao diagnóstico do costume, e procurar ser o mais moderado possível quanto à tentação autoflageladora. Por isso construíria o meu contributo para este debate em torno de três tensões que não são de conjuntura, são mais de ordem político-cultural e continuadas no tempo, com inevitáveis projecções ideológicas no debate político português.

A primeira tensão que caracteriza a nossa vida pública pode ser vista como um desafio e também como um dos bloqueios da sociedade portuguesa é a tensão entre o universalismo e o paroquialismo.

Nós portugueses, como povo e como nação, reivindicamos, penso que justificadamente, ser portadores de uma cultura universalista que é o legado da nossa própria história, e que se traduz na força da presença da nossa língua pluri-continental, um enunciado universalista que constitui também a nossa forma específica de estarmos no mundo ao longo dos séculos. Com efeito, em muitos dos debates onde participo a propósito dos temas da imigração, o fenómeno da “miscigenização” é apontado muito frequentemente como reportado à forma específica de os portugueses estarem no mundo e de se relacionarem com outros povos de distintas paragens. Todo este “caldo de cultura” histórico de inspiração universalista contrasta, contudo, na nossa vida pública e cultural

quotidiana actual com uma prática marcadamente paroquial. Frequentemente apresentamo-nos como vítimas da nossa posição geográfica periférica no continente europeu e até parece que nos congratulamos com isso, muitas vezes sobrevalorizando o peso real dessa condição periférica para explicarmos as nossas dificuldades e justificarmos os nossos insucessos. Neste quadro damos abundantes sinais de incomodidade por termos um vizinho grande mesmo aqui ao nosso lado como único vizinho, e em função dessa comparação quase omnipresente consideramo-nos sempre pequenos em qualquer circunstância, mesmo quando, por exemplo, no contexto da União Europeia somos na realidade no contexto dos seus actuais 27 Estados-Membros um país de média dimensão. De igual modo quando nos debruçamos sobre o sentido da comunidade nacional não raro é dilacerarmo-nos com a questão crucial de sabermos se somos mais atlantistas ou se somos mais continentais, se a nossa vocação hoje é estar ainda mais virado para os mundos que o Atlântico nos abriu ou, pelo contrário, o nosso compromisso deve ser predominantemente um compromisso de integração no projecto Europeu Continental, assumindo implicitamente que esta dicotomia nos divide irremediavelmente ou mesmo nos paralisa. Na realidade, a síntese entre a tradição universalista e a retórica universalista que nela se funda e esta propensão paroquialista terá que ser encontrada numa nova plataforma afirmação cosmopolita de Portugal, onde obviamente haverá que reconhecer a prevalência da pulsão universalista sobre a propensão “umbiguista” e autofágica dos portugueses. Mas para que possamos ter uma afirmação cosmopolita do nosso país, para que a superação



destas limitações que nos impomos a nós próprios seja possível, torna-se necessário que colectivamente as prioridades sejam claramente assumidas e consequentemente prosseguidas. Assim sendo e embora correndo riscos, entendo que nos devemos fixar numa afirmação clara dessas prioridades reconhecendo de que esta visão cosmopolita de um Portugal universalista está primordialmente ancorada na Europa. A Europa é o terreno primeiro de afirmação e de inserção global do nosso país, não apenas por razões geográficas, mas também por razões que se prendem com a potenciação que o projecto de integração na União Europeia representa para um país de média dimensão como Portugal no quadro do Mundo global em que vivemos. Esta escolha, contudo, não pode ignorar que a nossa vida na Europa nos anos que aí vêm será cada vez mais difícil. O alargamento da União, por um lado, e, por outro lado, a real diminuição da solidariedade entre os países Europeus, tornará particularmente difícil o posicionamento de um país com as vulnerabilidades económicas, culturais, educacionais e sociais como as que Portugal apresenta. Mas mesmo assim seria sempre muito mais difícil para um país com estas nossas debilidades enfrentar o mundo global competitivo fora do quadro da União Europeia. Basta pensar na presente crise financeira global e no papel protector e estabilizador do Euro para nós portugueses. Convém, por isso, não perder de vista os riscos de o projecto de integração Europeia vir a conhecer a prazo de vista curto um retrocesso ou uma perda de velocidade no funcionamento do mercado interno ou das regras de concorrência. A ideia de que damos por adquirido que a plataforma de integração Europeia, assente nos valores, princípios

e nas políticas que hoje conhecemos, é um dado irreversível e permanente não deve ser por nós sobrevalorizada. A liberdade de circulação de pessoas, por exemplo hoje está ameaçada pela crise económica internacional global, como vimos recentemente com a reacção de cariz xenófobo sobre a possibilidade de empregos nacionais beneficiarem cidadãos estrangeiros no Reino Unido. Os sindicatos e o próprio Primeiro-Ministro proferiram a célebre frase “british jobs for british workers” que na circunstância não descriminava trabalhadores oriundos de países de terceiros que tivessem imigrado para a União Europeia mas sim trabalhadores portugueses e italianos que exerciam o seu direito de cidadania Europeia, o direito à liberdade de circulação, em nome do qual foi fundada há 52 anos a Comunidade Económica Europeia. De igual modo a liberdade de circulação não pode ser considerada irreversível, na medida em que as crescentes ameaças à segurança interna da União Europeia têm ciclicamente provocado pressões e derivas no sentido do restabelecimento dos controlos de pessoas nas fronteiras internas. Algumas dessas pressões e tentativas, a seguir ao 11 de Setembro de 2001, tendo em vista reinstaurar controlos sobre a circulaç

Ao de pessoas nas fronteiras internas da União Europeia só foram travadas na precisa medida que é essa reinstauração de fronteiras importaria a consequência económica de obrigar a reinstalar também os controlos sobre outras liberdades de circulação, designadamente a liberdade de circulação de mercadorias, o que constituiria um tiro no coração do mais sublime dos projectos de integração europeia que é o mercado interno europeu. De igual modo a questão da solidariedade interna da União Europeia não é matéria que se possa ter por adquirida, não sendo de excluir que cresçam as pressões sobre as denominadas políticas de coesão, claramente visadas por aqueles que entendem que a crise financeira deve levar a uma diluição do projecto de integração Europeia. Sem embargo, mesmo tendo consciência que estes riscos existem e contra eles teremos que nos bater, insisto em que até por isso a plataforma preferencial da afirmação de Portugal no Mundo deve ser a da integração europeia. Dito isto convém também deixar claro, que esta opção, ou esta prioridade assim assinalada, não implica de modo algum que se abandonem as duas outras componentes essenciais da nossa inserção no mundo, a vertente Atlântica e a do mundo Lusófono. Do que se trata, isso sim, é de calibrar com cuidado o peso específico no contributo de cada uma destas vertentes para a afirmação de Portugal no mundo, do tal Portugal cosmopolita e universalista que aposta no terreno europeu como primeira linha de intervenção no contexto global.

A relação atlântica foi durante muitos anos considerada

A primeira tensão que caracteriza a nossa vida pública pode ser vista como um desafio e também como um dos bloqueios da sociedade portuguesa é a tensão entre o universalismo e o paroquialismo.

por nós como uma relação privilegiada que até nos permitia usufruir de um estatuto de exclusividade no contexto da Península Ibérica. Fomos membros fundadores da Nato enquanto que a Espanha só aderiu à Aliança Atlântica nos anos 80, sempre estivemos integrados na estrutura militar da Aliança enquanto que a Espanha só se integrou na estrutura militar já no final dos anos 90, e sempre mantivemos um peso estratégico acrescentado decorrente da presença americana na Base das Lajes nos Açores, base essa que ainda hoje constitui um elemento fundamental dessa mesma relação transatlântica. Convém, contudo, não esquecer que bastou que de repente, e algo inesperadamente para Portugal, um governo espanhol tivesse adoptado sobre o conflito do Iraque uma posição mais Atlantista do que era costume adoptar, para que rapidamente verificássemos que esse exclusivo da relação transatlântica de que nos considerávamos legítimos detentores no contexto da Península Ibérica, poderia afinal ser posto em causa de forma muito rápida e radical. Sejam os claros: a ligação transatlântica continua a ser para nós uma questão essencial e agora que de alguma forma a Espanha voltou às suas posições mais tradicionais do que as que foram adoptadas pelo governo Aznar durante a crise do Iraque, convém incorporar no nosso pensamento estratégico esse dado de a potencial concorrência na relação Atlântica constituir um elemento mais de um quadro de concorrência acrescida no mundo global em que vivemos tanto no plano político como no plano económico.

Finalmente uma referência ao mundo Lusófono. Entendo que o mundo Lusófono é, sem dúvida alguma, uma mais-valia para a inserção de Portugal no mundo em geral e mais particularmente no quadro da nossa participação na União Europeia, como ficou aliás, demonstrado durante a recente presidência portuguesa da União quando foi lançado pela primeira vez o o diálogo estratégico estruturado com o Brasil. Mas não tenhamos também sobre esta matéria grandes ilusões: a inserção de Portugal no mundo lusófono não é nem um modelo político substitutivo da integração europeia nem pode constituir uma alternativa consistente à capacidade de afirmação nos nossos interesses económicos no espaço europeu. Acresce ainda que o Brasil e Angola têm agendas próprias, agendas que correspondem à sua capacidade de integração política e de afirmação económica que não passam exactamente por reconhecer a Portugal um papel de centralidade na Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Por isso o mundo Lusófono, sendo para nós fundamental do ponto de vista da nossa identidade nacional, é relevante no plano da nossa afirmação global e inclusivamente no contexto europeu, sempre terá que ser encarado com a humildade que muitas as vezes, nós portugueses, não temos

tido ao nos posicionarmos no projecto da chamado CPLP.

Em conclusão, esta primeira tensão que, no meu entendimento, se resolve pela prevalência do universalismo o paroxialismo, conferindo prioridade à nossa inserção europeia, é uma questão que não está imune às clivagens da sociedade portuguesa. Não me vou, contudo, referir a essas clivagens em detalhe. Na realidade, a integração europeia e a inserção atlântica constitui uma matéria que divide o mundo político português estabelecendo uma linha divisória no plano partidário. Felizmente o chamado “arco da governabilidade” sobre estas matérias tem tido sempre entre nós uma posição consensual, e Portugal como um país de média dimensão tem beneficiado de ser, nestas questões cruciais de inserção do país no mundo, um país previsível e fiável, na medida em que as linhas fundamentais da opção europeia e da opção atlântica não variam com a alternância no exercício do poder. Naturalmente que compreenderão que entenda que é desejável que para futuro assim continue a ser, embora as dificuldades acrescidas da relação transatlântica, por um lado, e, por outro lado, as inevitáveis dificuldades acrescidas da afirmação de Portugal no contexto europeu possam vir a criar novas tensões e até divisões mesmo dentro dos partidos do chamado “arco de governabilidade” em Portugal.

A segunda tensão para a qual gostaria de chamar a vossa atenção tem a ver com a ideia que nós portugueses, fazemos de nós próprios, da forma como Portugal e os portugueses se pensam como constituindo um país sem divisões profundas e com uma assinalável homogeneidade. Por via de regra considera-se quase que por definição que um país que tem estas características, isto é, um país que não se encontra dilacerado por divisões profundas, é um país mais seguro de si próprio e consequentemente mais capaz de mobilizar as forças necessárias para ultrapassar as suas dificuldades, as suas vulnerabilidades, os seus bloqueios. Creio não ser demasiado ousado afirmar que, do ponto de vista histórico, Portugal tem dado provas de ser uma sociedade com flexibilidade para ser capaz de absorver os impactos externos com o que é confrontado. Aliás temos dado exemplos de que somos por vezes melhores a responder aos impactos externos do que quando somos chamados a gerar nós próprios, internamente, os objectivos e as metas que temos que alcançar... Pensemos no caso da integração dos retornados das ex-colónias em 1974 e 1975 na sociedade portuguesa para nesse exemplo encontrarmos uma prova relevante dessa grande capacidade de absorção e de flexibilidade na adaptação a fenómenos de grande dimensão e impacto social. Do mesmo modo, mais recentemente, a circunstância de termos sido confrontados com uma transformação do nosso perfil histórico, ao passarmos de país de origem de fluxos migratórios (país de emigrantes) para país de destino de fluxos migratórios (país com imigrantes) constitui mais um exemplo dessa plasticidade da sociedade portuguesa expressa na capacidade de integrar na sociedade portuguesa esses imigrantes oriundos de países terceiros, quer das antigas colónias quer de outros países sem tradicionais ligações a Portugal (caso dos ucranianos e chineses, por exemplo). Tenhamos, contudo, consciência que tal como todos os outros países do mundo desenvolvido, também nós não escaparemos às regras de progressivamente nos transformarmos numa sociedade mais diversificada e variegada sob vários pontos de vista (étnico,

Somos por vezes melhores a responder aos impactos externos do que quando somos chamados a gerar nós próprios, internamente, os objectivos e as metas que temos que alcançar.

linguístico, cultural, religioso e social), com as tensões e dificuldade inerentes a esse tipo de transformação. Numa sociedade cada vez mais diversificada e contrastante, num contexto de acrescida competitividade e de diluição dos valores de solidariedade, tende a ampliar-se, também em Portugal, o fosso que separa os “vencedores” dos “vencidos”, os incluídos dos que são excluídos. Ora, a coesão de uma sociedade passa não apenas por potenciar os seus factores de convergência e de homogeneidade, mas também pela construção de novos mecanismos activos de solidariedade, que potenciem a solidariedade cidadã, a solidariedade entre as pessoas tanto no plano social, como no plano territorial ou mesmo na relação de solidariedade entre gerações.

Sucede que entre nós está profundamente enraizada uma matriz igualitária, no nosso imaginário colectivo tendemos, por via de regra, a confundir igualdade com igualitarismo e, curiosamente, desta propensão para o igualitarismo padecem correntes ideológicas muito diferentes entre si, as quais às vezes dir-se-iam verdadeiramente em posições antagónicas na sociedade portuguesa. Só que esta tentação igualitarista alimenta a inveja, sufoca o reconhecimento do mérito e a construção de um modelo de recompensa e de reconhecimento social em função do mérito e conduz, por via de regra, ao nivelamento das sociedades por baixo, pelo menor denominador do mundo. Não é, pois, nessas tradições igualitaristas que poderá ser encontrada uma resposta adequada às novas desigualdades como as que estamos confrontados no mundo global em que vivemos.

Então onde reside essa resposta? No meu entendimento a resposta terá que residir no reconhecimento de duas vias de solução que nem sempre são facilmente compagináveis. A primeira passa pelo reconhecimento do combate à pobreza e à exclusão social como tarefa partilhada pelo Estado e pela sociedade. Ora, nem sempre em Portugal as experiências concretas do combate à pobreza e à exclusão social têm permitido tirar o melhor resultado desta conjugação de esforços entre o Estado e a sociedade civil. É que a fractura social em matéria de pobreza não é haver pobres, a fractura social existe a partir do momento em que não há esperança para que os pobres deixem de ser pobres, e esta questão da esperança, da expectativa dos pobres deixarem de ser pobres tem vindo a perder horizontes, o que leva à percepção de que a pobreza e a exclusão se agravam na sociedade portuguesa, mesmo que do ponto de vista dos respectivos indicadores haja sinais de que existe progressivamente uma evolução positiva nesse combate.

A segunda via de resposta tem a ver com a modulação das políticas sociais, que hoje assenta cada vez mais na diversificação das políticas de prestações sociais, atendendo aos limites orçamentais do Estado e também às diferentes necessidades dos grupos sociais que dessas políticas de redistribuição social podem e devem beneficiar. Do exposto resulta que continua a ser incontornável uma dimensão tradicional de natureza assistencialista, visando garantir a todos mínimos de dignidade ética de cidadania, garantia essa que tem que estar a cargo dos poderes públicos através de mecanismos e processos de assistência social que, ainda que não forçosamente de forma exclusiva, tenderão em regra a assentar em mecanismos de subsídio. Contudo, em paralelo com a rede de protecção social universal, é cada vez mais relevante a preocupação de

Esta tentação igualitarista alimenta a inveja, sufoca o reconhecimento do mérito e a construção de um modelo de recompensa e de reconhecimento social em função do mérito.

modular as políticas sociais em termos de especial sensibilidade à diferenciação das necessidades e à promoção de uma efectiva igualdade de oportunidades, visando mais longe que a mera garantia de subsistência mas também a criação de incentivos à qualificação pessoal e à reinserção na vida activa. Ora, neste terreno da igualdade de oportunidades o debate político português, por via de regra, ou é pobre ou é muito insuficiente. Se quiserem um exemplo veja-se a recente reforma da segurança social em Portugal. Independentemente de saber qual é a sua sustentabilidade no tempo, na medida em que a imprevisibilidade do impacto do envelhecimento da população nas próximas décadas na sustentabilidade deste modelo de segurança social público é sempre muito difícil de contabilizar por antecipação com grande rigor, a lógica da equidade na definição das prestações devidas (entre sectores de actividade público e privado e entre gerações no tocante ao momento em que se reúnem as condições para abandonar a vida activa) foi um princípio norteador das medidas adoptadas. Naturalmente que essas medidas geram “perdedores”, mas a avaliação que deve ser feita tem sobretudo a ver com a justiça social global dela resultante.

Para além da reforma da segurança social, há três sectores onde esta questão da diferenciação da função das políticas sociais está largamente por fazer e de alguma forma as próprias opções ideológicas, que poderiam estar presentes nestes sectores, acabam por estar relativamente encobertas, ou serem expressas de forma muito tímida e sempre protagonizadas por minorias. Refiro-me em primeiro lugar à política de saúde e em geral aos mecanismos de prestação dos cuidados de saúde e de financiamento do sistema de saúde. De algum modo é relativamente surpreendente que em Portugal não haja, (e estou à vontade porque esta não é a minha opção política pessoal), uma visão liberal consistente sobre o financiamento do sistema de saúde que retirasse todas as consequências da crítica que alguns sectores fazem ao papel assistencial do Estado e que defendesse, por exemplo, a consagração de um mecanismo de “opt-out” do sistema nacional de saúde, isto é, de um mecanismo onde os cidadãos pudessem optar integralmente por sistemas de saúde alternativos ao acesso ao serviço nacional de saúde universal e geral, com o inerente benefício fiscal. A verdade é que até hoje mesmo os sectores políticos mais liberais em Portugal nunca ousaram formular esta proposta de “separação de águas” no domínio do financiamento da saúde. Tal sucede provavelmente como corolário das aludidas concepções igualitaristas ou por receio dos efeitos eleitorais de uma tal proposta... Admito que sabidos que são os constrangimentos das nossas finanças públicas e ponderado o impac-

to do envelhecimento da população portuguesa nas próximas décadas, a prazo não muito longo estaremos confrontados com problemas sérios em matéria de financiamento do nosso sistema de saúde e que algumas opções estruturantes nesta matéria terão que ser tomadas. Essa será pois uma boa oportunidade para testar a coerência dos vários discursos sobre as políticas sociais e a sua sustentabilidade futura.

O segundo exemplo tem a ver com o ensino. É manifesto que os ideais liberais assentam na defesa prioritária da liberdade a escolha da escola que as famílias devem poder fazer em relação à educação dos seus filhos, em igualdade de circunstâncias do conjunto da sociedade. Havendo várias formas de preconizar uma tal solução, ela no fundo visa colocar em concorrência directa o ensino público e privado em igualdade de circunstâncias. No conjunto da sociedade portuguesa esta tem sido uma ideia minoritária. Com efeito, do ponto de vista da concepção política dominante acerca da estruturação do sistema de ensino, entre as forças políticas que têm assumido a responsabilidade da educação, prevalece a ideia que a escola pública é a regra e que o ensino não público é meramente complementar, subsidiário ou alternativo, não constituindo obrigação do Estado a criação de igualdade de oportunidades no acesso às escolas independentemente da natureza do ensino. Esta é, aliás, a concepção que decorre mais directamente da nossa Lei Fundamental e mesmo nas sucessivas revisões constitucionais um modelo alternativo nunca foi colocado pelas correntes políticas mais liberais como matéria essencial de negociação.

Terceiro e último exemplo, reporta-se à função do sistema fiscal no mundo global em que vivemos. Todas as correntes políticas em Portugal utilizam como elemento de diferenciação das suas propostas políticas o sistema fiscal, quer na sua vertente de instrumento fundamental de redistribuição da riqueza quer de factor de promoção da igualdade de oportunidade entre os cidadãos. Esta “separação de águas” que tradicionalmente se imputava às propostas fiscais das várias correntes políticas defronta-se hoje com a dificuldade que decorre em se reconhecer, em Portugal tal como na generalidade dos países desenvolvidos, que a fiscalidade perdeu eficácia enquanto instrumento principal de redistribuição, logo instrumento de justiça social. Com efeito, a globalização económica tem vindo a produzir uma alteração da composição do contributo dos vários impostos para a sustentação das políticas públicas, assistindo-se seja por via da eficácia da cobrança seja pela via dos efeitos da moderação salarial praticada na última década, quer uma diminuição dos rendimentos do trabalho na riqueza nacional quer uma incapacidade de tributar rendimentos

significativos provenientes de actividades desterritorializadas ou meramente especulativas. O que será a política fiscal do futuro dos países desenvolvidos é hoje uma grande incógnita, uma incógnita agravada pela concorrência fiscal entre os países e as regiões (inclusive no espaço europeu) quer pelo facto de um conjunto de actividades económicas cada vez mais desterritorializadas serem insusceptíveis de uma tributação fiscal efectiva por parte dos Estados nacionais, na ausência de um imposto universal, ou até mesmo de regras comuns de tributação a nível Europeu. Há assim uma relevante massa de riqueza criada que deixou de ser contabilizada no essencial para a função redistributiva, que tradicionalmente as políticas democratas-cristãs e social democratas fazem assentar no imposto. Estas limitações acrescidas da função tributária terão decerto impactos crescentes nas políticas públicas e nas modalidades de parceria entre o Estado e a sociedade civil para combater o crescimento das desigualdades sociais, para combater a pobreza e a exclusão social, garantindo ao mesmo tempo a sustentabilidade financeira dos serviços públicos essenciais nestas áreas.

Terceira e última tensão, e com ela concluo, tem a ver com uma questão que não é exclusiva de Portugal, mas à qual nós portugueses também não escapamos, atinente à qualidade dos nossos sistemas democráticos. Refiro-me à tensão entre a necessidade genética da democracia de garantir a prevalência do interesse geral e a prática efectiva do desigual acesso aos mecanismos de expressão da vontade democraticamente apurada. Trata-se de uma questão que se coloca no coração da qualidade do sistema democrático. Em Portugal o ciclo de construção da democracia concluiu-se e o objectivo desse ciclo de consolidação democrática era precisamente o de devolver o país a uma normalidade democrática. Com a adesão às Comunidades Europeias em 1986 consolidou-se plenamente essa normalidade democrática. O problema hoje é que a normalidade já não chega para garantir a sustentabilidade da democracia, o consenso popular necessário ao funcionamento de um sistema democrático. Ora em todas as democracias contemporâneas o interesse geral é cada vez mais fraccionado e capturado pelas diferenças de acesso dos interesses presentes na sociedade ao próprio processo de decisão política. Não me entendam mal: estou a falar de interesses legítimos, interesses económicos, interesses sociais, interesses culturais, mas esses interesses têm hoje uma distinta capacidade de fazer passar a sua agenda própria, desde logo na esfera de decisão política mas também através dos grandes instrumentos em torno dos quais se gera uma opinião pública, designadamente pelos meios de comunicação social. A desigualdade de acesso dos interesses privados à agenda comunicacional é depois repercutida também na desigualdade entre as capacidades de pressão sobre o poder para obter decisões favoráveis a esses interesses. Logo uma solução onde um poder político democrático não seja frágil, ou não seja vulnerável à captura do interesse geral por grupos particulares, exige obviamente uma reavaliação de alguns dos fundamentos da nossa democracia. Quais são eles?

Sou dos que pensam que Portugal tem um problema de governabilidade, que resulta de questões que têm a ver com estrutura da nossa sociedade, da nossa própria cultura e também do sistema partidário tal como ele se consolidou entre nós. Quando há questões de governabilidade normalmente em

Portugal tem um problema de governabilidade, que resulta de questões que têm a ver com estrutura da nossa sociedade, da nossa própria cultura e também do sistema partidário tal como ele se consolidou entre nós.



Portugal abre-se sempre uma debate sobre o sistema de governo, razão pela qual admito que nos próximos tempos, podendo colocar-se um problema de governabilidade na sequência das próximas eleições, renasçam as teorias presidencialistas, dizendo que o equilíbrio de poderes está descentrado e que a regeneração do sistema só pode passar pelo reforço dos poderes do Presidente da Republica. Faço esta previsão com base numa experiência que ciclicamente tem sido repetida e totalmente descontextualizada no sentido de que não estou a imputar nenhuma intenção ao titular do cargo actual, que aliás foi eleito na base do compromisso do respeito dos poderes presidenciais actuais. Mas do mesmo modo também não aceito que me imputem, ao levantar esta questão, uma qualquer intenção ideológica ou política em função de hoje o Presidente da Republica ser oriundo de uma área política que não é aquela em que me posiciono. Na verdade já dizia isto exactamente quando, durante vários anos, o cargo foi ocupado por titulares oriundos da minha própria área política...

A alternativa à tese da resposta ao problema da governabilidade através do reforço dos poderes do Presidente da Republica estará no reforço da governabilidade em sede de componente parlamentar. Não escondo que esta sempre foi a minha opção, opção que reconheço estar debilitada porque dois dos instrumentos que considero poderiam ser essenciais teriam neste debate que ser inscritos como “bloqueios” na lista do Instituto de Estudos Políticos: o primeiro tem a ver com o sistema eleitoral para a Assembleia da Republica e da escolha dos deputados e da conversão dos votos em mandatos no Parlamento;

o segundo tem a ver com a reforma interna dos partidos políticos. Em ambos os casos poderia dizer que o prognóstico é mesmo muito reservado...

Só que esta tensão entre governabilidade assente num modelo de inspiração presidencialista e governabilidade assente num modelo de parlamentarismo reformulado vai muito provavelmente estar presente nos próximos anos na sociedade portuguesa e neste momento as respostas dos principais agentes políticos não são ainda suficientemente claras. Receio, contudo, que as circunstâncias políticas que vamos viver podem impor a clarificação a curto prazo desta tensão que está no centro da qualidade da democracia e do consentimento popular.

Em conclusão: é na conjugação destas três tensões, a tensão entre o universalismo e o paroquialismo, a tensão entre uma sociedade homogênea que contudo tem que encontrar mecanismos de resposta ao crescimento das desigualdades sociais e uma sociedade democrática onde o interesse geral seja prevalecer sobre os interesses particulares através da reformulação da arquitectura institucional, que depende o nosso futuro próximo. Da resposta a estas tensões depende a probabilidade de o nosso país ultrapassar os bloqueios que procurei identificar e assim responder de forma positiva aos desafios com que estamos confrontados. Uns e outros tentei caracterizar, contudo, sem ser demasiado auto flagelador, na medida em que penso que o país não se deve comprazer apenas com o diagnóstico das dificuldades, mas tem cada vez mais que procurar respostas que trilhem os caminhos do futuro.

Muito obrigado pela vossa atenção. ●